

# Dispensa sem motivo terá indenização

24 FEV 1988

GAZETA MERCANTIL

por Ana Cristina Magalhães  
de Brasília

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou ontem o texto sobre a garantia no emprego que prevê "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".

Devido às negociações das últimas semanas, foi possível a concretização de um acordo entre a maioria dos constituintes, possibilitando a aprovação da proposta por 373 votos contra 151 e 4 abstenções.

O acordo foi aceito pela maioria do PMDB, pela quase unanimidade do "Centrão" e pelo empresário, segundo afirmação do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). E não recebeu grandes restrições por parte da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Porém, recebeu sérias críticas dos partidos



Mário Covas

de esquerda (PT, PDT, PCB e PC do B), que votaram contra, e da CUT.

"O Covas vai para o cartaz", afirmou o presidente da CUT, Jair Meneguelli, que considerou o acordo prejudicial aos trabalhadores por não dar efetiva garantia no emprego. O "slogan" dos cartazes nos quais deverá constar, entre outras, a foto do senador, deve ser "Eles se elegeram com seu voto e estão votando contra você".

O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, no entanto, não partilha da opinião de seu colega dirigente. Pela manhã, antes do início da sessão, ele se reuniu com Covas e aceitou a proposta. Considera que a indenização não será a única garantia do trabalhador contra a despedida imotivada, pois o texto prevê que a lei concederá outros direitos. O presidente da CGT não assinou o manifesto da CUT em repúdio ao acordo firmado.

Os dissidentes de esquerda do PMDB também criticaram o texto aprovado e a conduta do líder do partido. Segundo o deputado Nelton Friederich (PMDB-PR), o texto aprovado — resultado da fusão de 23 emendas — é desfavorável ao trabalhador porque fixa o mínimo de direitos — a indenização — e deixa o máximo, isto é, os outros direitos que o trabalhador teria, para o futuro, "que é desconhecido", disse o deputado. Ele criticou Covas, afirmando que ele deveria ter esgotado todas as possibilidades de negociação antes de aceitar um texto de tendência "claramente patronal".

A essas críticas, Covas respondeu afirmando que, como líder, sua obrigação era ouvir a bancada, o que fez, dela recebendo apoio.

Ao discursar na tribuna, o senador disse que a proposta original do PMDB (que dava a garantia remetendo para a lei a sua definição) na sua opinião ainda era a melhor. Lembrou, porém, que "se ao final o resultado fosse a realização de meu sonho ou do de vossa excelência (referindo-se ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães), estaria algo errado, porque esse trabalho deve ser feito através do acerto, do consenso", afirmou.

O "Centrão" também sofreu baixas. Mesmo tendo vencido a resistência do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), que até segunda-feira ainda tinha dúvidas quanto à formalização da proposta, o grupo conservador não conseguiu manter ao seu lado o líder do PTB, Gastone Righi.

(Ver página 6)